

TERMO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

TERMO DE CONTRATO Nº 009/2019-SCO - PROCESSO SDE 0460/19

I - LOCADORA: **AMELIA YOKO MINEMURA**, brasileira, enfermeira, solteira, portador da cédula de identidade RG nº 6.995.364-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 083.594.848-05, residente na Rua Edmundo Luis de Nobrega Teixeira, nº 344, Jardim da Campina, São Paulo - SP, CEP 04677-031, doravante denominada **LOCADORA**.

II - LOCATÁRIA: **FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA-SP**, entidade instituída pela Lei n.º 185, de 12 de dezembro de 1973, com alterações que lhe foram introduzidas, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 44.480.283/0001-91, com sede na Rua Florêncio de Abreu, n.º 848, Luz, São Paulo, Capital, neste ato representada pelo senhor Paulo Dimas Debellis Mascaretti, Secretário da Justiça e Cidadania, respondendo pelo Expediente da Fundação CASA, nos termos do Decreto de 02-01-2019, publicado no DOE, de 03-01-2019, e por seu Diretor Administrativo Interino Aurélio Olímpio de Souza, nomeado nos termos da Portaria Administrativa nº 948/2018, doravante denominada **LOCATÁRIA**.

III - DO OBJETO: **LOCAÇÃO** de **BEM IMÓVEL** localizado na Rua Abará nº 80, Vila União, São Paulo, SP, CEP. 04707-040, de propriedade da **LOCADORA**, conforme consta da Escritura Pública de Inventário e Adjudicação do 18º Oficial de Registro de imóveis Bernardo Oswaldo Francez, para o funcionamento do CASA de Semiliberdade Guararema, pertencente a Divisão Regional Metropolitana Oeste – DRM IV.

PREÂMBULO

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes acima mencionadas e qualificadas têm entre si justo e contratado, o presente contrato de locação do imóvel descrito no ITEM III, supra, que trata do OBJETO deste ajuste, no qual se submetem às cláusulas e condições adiante estipuladas que reciprocamente se outorgam e aceitam, aplicando-se, principalmente em relação aos casos omissos, as disposições contidas na Lei federal nº 8.666/93, Lei estadual nº 6.544/89 e suas alterações, Decreto nº 41.043/96, todos com suas respectivas alterações, e na Lei nº 8.245/91 no que for compatível, dando integral cumprimento, por si, seus herdeiros ou sucessores, a qualquer título.

A lavratura do presente contrato decorre do instituto da Dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso X da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações introduzidas pela Lei federal nº 8.883, de 08 de junho de 1994, devidamente ratificada pela autoridade competente e publicada no Diário Oficial do Estado (DOE), conforme consta do Processo SDE nº 0460/19.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Cláusula 1ª: O prazo de vigência da presente locação é de 12 (doze) meses consecutivos e ininterruptos, com início em **01 de maio de 2019** e término em **30 de abril de 2020**.

DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Cláusula 2ª: Findo o prazo constante da Cláusula 1ª, o contrato, com todas as cláusulas, por expressa vontade das partes manifestadas neste ato, prorrogar-se-á, por igual período, e, assim, sucessivamente, observado o limite estabelecido no artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93, salvo se, até 60 (sessenta) dias antes do término do contrato ou de cada uma de suas prorrogações, houver oposição de qualquer uma das partes, por escrito a da LOCADORA, em forma de comunicação protocolada na unidade da despesa interessada e, a da LOCATÁRIA, por ofício numerado, assinado pela autoridade competente, ressalvado o disposto na Cláusula 11.

§ 1º: Com base no inciso XII do artigo 78 da já supracitada lei, durante a vigência deste contrato, motivada por razões de interesse público, justificadas e determinadas pela autoridade a que está subordinada, a LOCATÁRIA se reserva o direito de denunciar a locação, a qualquer tempo, desde que expresse essa vontade a LOCADORA, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ficando dispensada do pagamento de qualquer multa, inclusive daquela prevista na Cláusula 14.

§ 2º: Na ocorrência de denúncia, responderá cada parte pelas obrigações até a data do rompimento, com a subsequente entrega das chaves deste contrato, ficando a LOCATÁRIA desobrigada a arcar com os custos das atividades desenvolvidas após a sua respectiva ocorrência.

§ 3º: Não obstante o prazo estabelecido no caput desta Cláusula, a vigência deste contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na comprovação da disponibilidade de recursos orçamentários, inclusive nos exercícios subsequentes, para atender as respectivas despesas.

DO ALUGUEL E DO REAJUSTE

Cláusula 3ª: O aluguel mensal é de **R\$ 5.500,00** (*cinco mil e quinhentos reais*), e será reajustado a cada doze meses, a contar de sua vigência, com base na correspondente variação do Índice de Preço ao Consumidor da Fundação do Instituto de Pesquisa Econômica - IPC (FIPE), ou, se for extinto, de outro índice que venha a substituí-lo, a critério da Administração, nos termos do Decreto nº 46.926, de 18/07/02.

§ 1º: Só será admitido o reajuste de preços em contratos com prazo igual ou superior a 12 (doze) meses, conforme estabelece a Lei federal nº 10.192/01, sendo que a referida periodicidade será contada a partir da data da vigência do presente instrumento.

§ 2º: O pagamento do valor locatício, após o período de reajuste, será efetuado provisoriamente com base no valor mensal anterior, caso não haja tempo hábil para sua aplicação e operacionalização, sendo que a diferença será compensada com pagamento complementar, previamente autorizada pela LOCATÁRIA.

DA FACULDADE DA LOCATÁRIA

Cláusula 4ª: Nos dois primeiros meses do exercício orçamentário, em virtude da possibilidade de atraso na distribuição do orçamento, no registro de empenhos ou de outras providências de ordem administrativa, não correrá mora da LOCATÁRIA, sendo-lhe facultado pagar os aluguéis vencidos durante o 3º (terceiro) mês.

DO PAGAMENTO DO ALUGUEL

Cláusula 5ª: O aluguel é devido por mês vencido e será pago até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao vencimento, por intermédio do BANCO DO BRASIL S/A, por meio de ordem bancária em agência e conta indicada pela LOCADORA, nos termos do Decreto Estadual nº 62.867/17, contra a apresentação do atestado de ocupação do imóvel.

§ 1º: O pagamento efetuado em desconformidade com o prazo estabelecido, ressalvado o disposto na Cláusula 4ª, supra, ficará sujeito à incidência de atualização monetária, nos termos do artigo 74 da Lei estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989 e artigo 5º, § 1º da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e respectivas alterações, adotando-se o índice do INPC/IBGE.

§ 2º: O atraso no pagamento acarretará ainda a incidência de juros moratórios sobre a parcela devida, fixados em 0,5% (meio por cento) ao mês, e calculados "pro rata tempore" em relação à mora ocorrida.

§ 3º: A LOCATÁRIA, por intermédio do Gestor designado, enviará à sua Divisão de Finanças o ATESTADO DE OCUPAÇÃO E RESPONSABILIDADE DO IMÓVEL que constitui o ANEXO II deste instrumento, devidamente preenchido e assinado, até o dia 05 (cinco) de cada mês, comprovando, assim, a ocupação do OBJETO pela LOCATÁRIA, para que seja providenciado o pagamento do valor locatício devido a LOCADORA.

§ 4º: Fica a LOCADORA obrigado a emitir os recibos de quitação mensal em nome da LOCATÁRIA, constando o valor correspondente ao aluguel e quaisquer outras despesas vinculadas ao imóvel, até o quinto dia de cada mês após o recebimento do aluguel, para fins de declaração da DIRF (Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte).

§ 5º: Constitui condição para a realização do pagamento a inexistência de registros em nome da LOCADORA no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização do pagamento.

DOS IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA

Cláusula 6ª: Os impostos de qualquer natureza, inclusive Imposto Predial Territorial e Urbano - IPTU, as taxas e as contribuições de melhoria, ainda que resultantes de lei nova promulgada na vigência do contrato ou de suas prorrogações, correrão por conta exclusiva da LOCADORA, obrigando-se a LOCATÁRIA a pagar as despesas das concessionárias de serviço público tais como: força e luz, água e saneamento.

DA SEGURANÇA DO IMÓVEL

Cláusula 7ª: Tudo quanto constituir obras de segurança e higiene do imóvel, para conserva-lo no estado de servir ao uso a que se destina, tais como aquelas que interessam à estrutura integral do imóvel ou aquelas se destinem a repor suas condições de habitabilidade, empenas, poços de aeração e iluminação, esquadrias externas, instalação de equipamentos de segurança e de incêndio, correrá por conta da LOCADORA.

DAS OBRAS

Cláusula 8ª: A LOCATÁRIA poderá fazer no imóvel, por sua conta, mediante autorização escrita da LOCADORA, as modificações e as obras de adaptação que julgar necessárias aos serviços do órgão que no mesmo funcionar, ficando acordado entre as partes que tais adaptações, desde que não comprometam a habitabilidade do imóvel, não serão desfeitas pela LOCATÁRIA ao final da locação, e, tampouco recairá sobre a LOCATÁRIA qualquer tipo de indenização que porventura venha a ser pleiteada pela LOCADORA.

DA CONSERVAÇÃO

Cláusula 9ª: A LOCATÁRIA deverá trazer o imóvel em boas condições de limpeza e conservação, para restituí-lo quando findo ou rescindido o contrato, no estado em que o recebeu, salvo as modificações e as obras regularmente autorizadas e as deteriorações decorrentes do uso normal o imóvel.

DOS REPAROS NECESSÁRIOS

Cláusula 10: A LOCADORA será notificado por escrito, mesmo extrajudicialmente, da necessidade de execução de obras de sua responsabilidade, de acordo com a Cláusula 7ª, e, se dentro de 30 (trinta) dias, com exceção das obras de caráter urgente, que deverão ser atendidas imediatamente, não tiver tomado as providencias necessárias, a LOCATÁRIA mandará executar os serviços, descontando do aluguel, e pela terça parte, até solução do débito, não só a despesa efetuada como também a multa de 20% (vinte por cento) sobre a mesma.

DA RESCISÃO PELA LOCATÁRIA

Cláusula 11: Este contrato será rescindido, sem qualquer direito à indenização ou multa, por proposta de autoridade competente e mediante aviso prévio de 90 (noventa) dias, se a LOCATÁRIA não mais necessitar do imóvel para abrigar o órgão que o ocupa ou para a instalação de qualquer outro serviço público, na forma prevista neste contrato.

§ 1º: A rescisão do presente contrato também poderá ser feita na forma do artigo 79 da Lei federal nº 8.666/93, na ocorrência de qualquer das hipóteses enumeradas no artigo 78 do mesmo diploma legal, que sejam aplicáveis a esta relação locatícia.

I - Na hipótese de rescisão administrativa pela LOCATÁRIA, a LOCADORA deverá ser comunicado, respeitando-se o prazo mínimo de 30 (trinta) dias anterior à data da desocupação.

§ 2º: Ocorrendo à rescisão deste contrato, motivada pela falta de alvarás ou irregularidades no imóvel, não será devido a LOCADORA aluguéis ou quaisquer outros valores referentes à locação, inclusive perdas e danos e indenizações de qualquer espécie.

§ 3º: A LOCADORA reconhece o direito da LOCATÁRIA de cobrar, administrativa ou judicialmente, todos os prejuízos sofridos em decorrência da rescisão deste contrato motivada pela falta de alvarás ou irregularidades perante os órgãos públicos.

DA SEGURANÇA DA LOCAÇÃO

Cláusula 12: A LOCADORA declara renunciar, durante a vigência deste contrato, ou de suas prorrogações, ao direito de rescindi-lo, com base no art. 571 do Código Civil em vigor. Igualmente se obriga, por si e seus sucessores, a garantir à LOCATÁRIA, durante a vigência deste contrato e de suas prorrogações, o uso pacífico do imóvel e, no caso de venda, a fazer constar da escritura, expressamente, a obrigação de serem integralmente respeitadas pelo comprador, as condições deste contrato.

DAS DESPESAS

Cláusula 13: Correrão por conta da LOCATÁRIA todas as despesas oriundas de lavratura de registro do presente contrato e de suas prorrogações, bem como as de sua eventual rescisão, se assim o desejar, salvo na hipótese de ocorrer por culpa da LOCADORA.

DA CLÁUSULA PENAL

Cláusula 14: A parte que infringir, total ou parcialmente, cláusula deste contrato, ficará obrigada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato à época da infração, e

ainda, em caso de procedimento judicial, ao pagamento de honorário de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Parágrafo único: Não caracteriza infração contratual o pagamento dos alugueis com inobservância de prazo estabelecido na Cláusula 5ª deste instrumento, hipótese tratada exclusivamente naquela disposição.

DO VALOR DO CONTRATO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Cláusula 15: O valor total do presente contrato é de **R\$ 66.000,00** (*sessenta e seis mil reais*), devendo a despesa correr por conta da Classificação Orçamentária da Despesa 3.3.90.36.91 e a Funcional Programática 14.243.1729.5907.0000, dos quais **R\$ 44.000,00** (*quarenta e quatro mil reais*), deverão atender as despesas do corrente exercício, ficando o saldo remanescente por conta do orçamento financeiro consignado no exercício vindouro.

DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO PELAS PARTES

Cláusula 16: Este contrato será acompanhado e fiscalizado por Gestor e/ou Fiscal a ser (em) designado (s) pela LOCATÁRIA em ato próprio, bem como, pelo Gestor a ser designado pela LOCADORA, em entendendo cabível, que exercerão suas atividades de acordo com as suas cláusulas, dos quais têm pleno conhecimento, e com observância ao disposto na Lei federal nº 8.666/93 atualizada, e legislação vigente.

§ 1º: Todas as comunicações somente produzirão efeito quando formalizadas por meio de correspondências, comum ou eletrônica, mencionando-se o número e o assunto relativo a este contrato, que serão datadas e endereçadas ao Gestor das partes.

§ 2º: A LOCADORA encaminhará correspondência a LOCATÁRIA contendo endereço completo e telefone para contato, para fins de comunicação entre as partes, sempre que ocorrer qualquer alteração, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da sua ocorrência, ficando a LOCATÁRIA obrigada ao cumprimento das mesmas condições.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 17: A LOCADORA entregará o imóvel a LOCATÁRIA em condições iniciais de regularidade perante os órgãos fiscalizadores (Prefeitura do Município e Corpo de Bombeiros), para que sejam obtidos os respectivos Alvarás de Funcionamento. A LOCADORA se responsabiliza por eventuais irregularidades e obriga-se a saná-las sob pena de rescisão.

DO FORO DO CONTRATO

Fica eleito o Foro da Capital do Estado de São Paulo para toda e qualquer ação oriunda do presente Contrato ou de suas prorrogações.

Nada mais. Lido e achado conforme pelas partes, perante as testemunhas, lavrou-se este termo em 02 (duas) vias de igual teor, por todos assinadas, atendidas as formalidades legais.

São Paulo, 09 de abril de 2019.

LOCADORA:

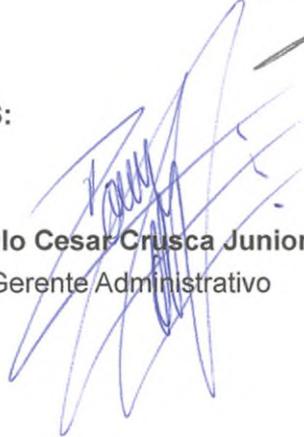

AMELIA YOKO MINEMURA
RG nº 6.995.364-8 SSP/SP

LOCATÁRIA: FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA-SP


Paulo Dimas Debellis Mascaretti
Secretário da Justiça e Cidadania
Respondendo pelo Expediente da Fundação Casa


Aurélio Olímpio de Souza
Diretor Administrativo Interino

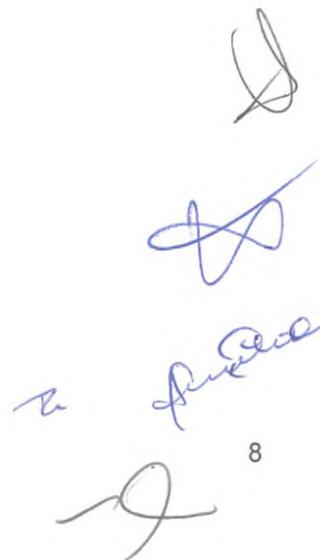
TESTEMUNHAS:


Paulo Cesar Crusca Junior
Gerente Administrativo


ROMES AZIZ SABBAG
Diretor de Divisão

ANEXO I

LAUDO DE VISTORIA DO IMÓVEL





1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Tem por objetivo o presente laudo de vistoria e instalações discriminar os diversos aspectos do imóvel situado a Rua Abará, nº 80, Vila União, Brooklin, município de São Paulo - SP.

A vistoria de instalações levou em consideração os seguintes aspectos básicos:

- a) **A localização do imóvel no município.**
- b) **A área construída e seu padrão construtivo.**
- c) **As características e condições físicas da construção.**

Referido imóvel será destinado à instalação da CASA de Semiliberdade Guararema, com o objetivo primordial de aplicar medidas socioeducativas de acordo com as diretrizes e normas previstas no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

2. ASPECTOS GERAIS DO IMÓVEL

□ Área de terreno:

- Área do terreno total de 290,00 m² e Área total construída de 253,00 m², topografia com médio caimento para frente do imóvel, e nos fundos localiza-se a estação de metrô Brooklin.

□ Características da construção:

- a) 02 pavimentos, Padrão Residencial Médio, idade aparente de 30 anos, com pavimento térreo 102,00 m², pavimento superior 102,00 m², edículas 49,00 m², totalizando 253,00 m² de área construída, conforme vistoria de instalações que estão discriminadas no item 3 - VISTORIA.

3. VISTORIA

Em **21/02/2019**, procedemos à vistoria do imóvel, objeto da locação, com o objetivo de atestar as condições físicas e construtivas da edificação, onde foram constatados os seguintes aspectos:

- O imóvel é composto por duas edificações.
- **Instalações hidráulicas:** Constatamos a presença de chuveiros, de lavatórios e de vasos sanitários funcionando normalmente. As tampas dos vasos sanitários precisam ser trocadas. Não encontramos sinais de infiltrações nos pavimentos térreo e superior.
- **Instalações elétricas:** Nas instalações elétricas, alguns interruptores foram testados e não apresentaram nenhum problema. Algumas salas não tinham lâmpadas e por isso não puderam ser testadas. O quadro de força se apresenta em boas condições. Encontramos alguns interruptores e tomadas danificadas.
- **Coberturas:** O telhado contém alguns pedaços soltos de policarbonato. Os forros dos pavimentos térreo e superior são com laje de concreto e gesso. Alguns forros de gesso estão danificados. As coberturas em policarbonato da garagem e da lateral esquerda do imóvel estão sujas e danificadas.
- **Estrutura:** Constatamos que não existem sobrecargas ou sinais de comprometimento nas estruturas existentes.
- **Pintura e revestimentos:** Nesta vistoria encontramos a pintura deteriorada em 40% da edificação.
- **Pisos:** Constatamos que os pisos estão sujos e danificados.
- **Abrigo de gás:** No momento da vistoria, o abrigo de gás estava com as portas fechadas.
- **Móveis:** Os armários do imóvel estão em boas condições de uso.
- **Acessibilidade:** O imóvel não atende as condições de acessibilidade conforme NB 9050, contudo o Diretor Regional da DRM IV sugeriu a utilização de uma sala no térreo, como dormitório para pessoas que possuam necessidades especiais.
- **Observações:** A vistoria foi realizada a olho nu, sem pesquisar atos dolosos ou criminosos, e sem submeter os materiais à prova de carga e resistência.

Para demonstrar estes e outros aspectos, juntamos relatório fotográfico conforme segue:



Fotografia 01 – Fachada frontal do imóvel.



Fotografia 02 – Parte exterior da entrada do imóvel.

[Handwritten signatures and initials]



Fotografia 03 – Hidrômetro de água.



Fotografia 04 – Cobertura de policarbonato da garagem danificada.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Fotografia 05 – Cobertura de policarbonato da garagem com folhas.



Fotografia 06 – Parte interior da entrada do imóvel.



Fotografia 07 – Sala principal do pavimento térreo.



Fotografia 08 – Quadro de força no pavimento térreo.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Fotografia 09 – Sanitário no pavimento térreo.



Fotografia 10 – Tampa do vaso sanitário danificada no pavimento térreo.

[Handwritten signatures and initials]



Fotografia 11 – Cozinha no pavimento térreo.



Fotografia 12 – Armários da cozinha do pavimento térreo.

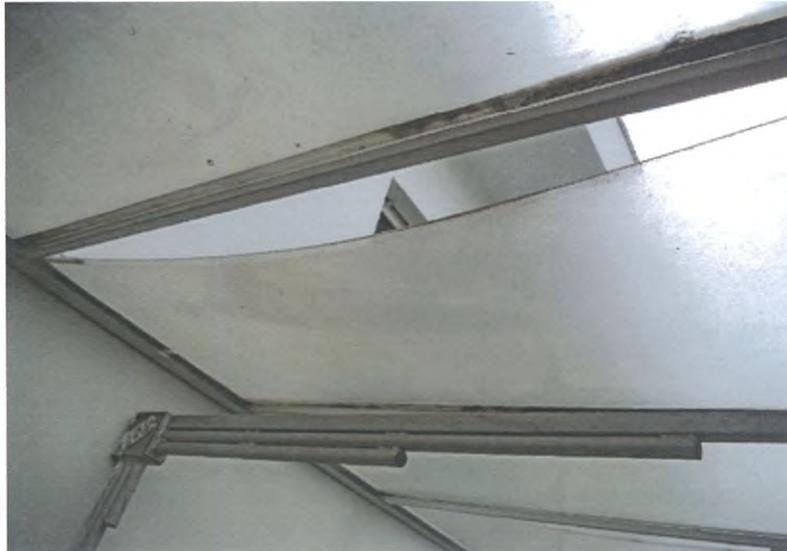


Fotografia 13 – Sala secundária do pavimento térreo.



Fotografia 14 – Lateral esquerda do imóvel.

[Handwritten signatures and initials]



Fotografia 15 – Cobertura em policarbonato danificada na lateral esquerda do imóvel.



Fotografia 16 – Escada com corrimão para o pavimento superior.





Fotografia 17 – Primeiro dormitório no pavimento superior.



Fotografia 18 – Segundo dormitório no pavimento superior.





Fotografia 19 – Terceiro dormitório no pavimento superior.



Fotografia 20 – Sanitário do pavimento superior.



Fotografia 21 – Primeira sacada no pavimento superior.



Fotografia 22 – Segunda sacada no pavimento superior.



Fotografia 23 – Piso danificado no pavimento superior.



Fotografia 24 – Piso danificado no pavimento superior.

Fe

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Fotografia 25 – Tamba do vaso sanitário danificada no pavimento superior.



Fotografia 26 – Segunda edificação nos fundos do imóvel.



Fotografia 27 – Sala da segunda edificação, que poderá ser usada como dormitório para pessoas que possuam necessidades especiais.



Fotografia 28 – Interruptor danificado na sala da segunda edificação.





Fotografia 29 – Sanitário da segunda edificação nos fundos do imóvel.



Fotografia 30 – Área de serviço da segunda edificação nos fundos do imóvel.



Fotografia 31 – Sala no pavimento térreo da segunda edificação nos fundos do imóvel.



Fotografia 32 – Pavimento superior da segunda edificação nos fundos do imóvel.



Fotografia 33 – Escada do pavimento superior da segunda edificação.



Fotografia 34 – Sala no pavimento superior da segunda edificação.

Fe



Fotografia 35 – Sanitário da sala no pavimento superior da segunda edificação.



Fotografia 36 – Terraço do pavimento superior da segunda edificação.

ru

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Fotografia 37 – Escada para o segundo andar da segunda edificação.



Fotografia 38 – Dormitório no segundo andar da segunda edificação.

7c

[Handwritten signatures and initials]



Fotografia 39 – Sanitário no segundo andar da segunda edificação.



Fotografia 40 – Terraço no terceiro andar da segunda edificação.



CONCLUSÃO

4. CONCLUSÃO

Quanto às condições físicas do imóvel:

- **O imóvel está apto para ocupação de imediato**, contudo registramos a necessidade de pintura dos ambientes e alguns reparos no piso, bem como reparos nas peças hidráulicas (tampas de vasos sanitários), nas instalações elétricas (ausência de lâmpadas, alguns interruptores e tomadas danificados), além da limpeza geral do imóvel.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2019.

VITOR ALVES CAMPANHA
Engenheiro Civil



ANEXO II

Termo de Contrato de Locação nº 009/2019-SCO

ATESTADO DE OCUPAÇÃO DO IMÓVEL

ATESTO para os devidos fins que o imóvel locado pela Fundação Cento de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação CASA, com endereço na Rua Abará nº 80, Vila União, São Paulo, SP, CEP. 04707-040, de que trata o Processo SDE nº 0460/19, esteve ocupado e sob a responsabilidade do CASA de Semiliberdade Guararema, vinculado à Divisão Regional Metropolitana Oeste – DRM-IV, no período de ____/____/____ a ____/____/____.

Valor mensal da Locação: R\$.

Valor do Condomínio: R\$.

Despesas de Reembolso: R\$.

Jundiaí, em de de

Carimbo e Assinatura do Gestor de Contrato
Cargo e RE